



Quem é um sobrevivente da Shoá?

Por Carlos Reiss *

A pergunta presente no título deste texto não é retórica. Apesar do objetivo de estimular uma reflexão, buscamos sim obter uma resposta – até porque este não é um assunto consensual. Em primeiro lugar, porque nenhuma definição histórica ou conceituação de grupo pode ser completamente satisfatória. Em segundo, assim como toda a historiografia do pós-Holocausto, é importante nos atermos às razões e ao processo de construção do conceito de “sobrevivente da Shoá”. Não há, absolutamente, uma consonância mundial sobre o tema.

Para buscar uma compreensão honesta e abrangente sobre esta discussão, é necessário discorrer sobre cinco perguntas. Cada uma delas demanda um nível de aprofundamento e análise distinto, o que transforma este texto apenas numa ferramenta para introduzir debates e abrir horizontes.

1- Nos primeiros anos do pós-Guerra, por que era necessário definir quem era um sobrevivente do Holocausto?

Não apenas por uma questão de identidade, de construção de memória, que são processos pós-traumáticos naturais e importantes. A memória é construída, primeiramente, por uma perspectiva particular e grupal, para depois se tornar universal. Determinar um conceito de “sobrevivente da Shoá” nos ajuda, sobretudo, não apenas a reverenciá-los, como também a nos compreendermos como parte da construção desta memória.

Entretanto, sobretudo no pós-Guerra, o principal motivo diz respeito à uma questão prática. Falamos especificamente sobre a realidade do início dos anos 1950,



quando os últimos campos de refugiados (chamados *DP camps*, os “Displaced persons camps”, ou “Campos para pessoas deslocadas”) foram fechados e começaram as negociações de reparos e indenizações por parte da Alemanha Ocidental, por meio do chanceler federal **Konrad Adenauer**. Em 1951, foi criada a organização **Claims Conference**, a Conferência sobre Reivindicações Judaicas de Material Contra a Alemanha, que existe até hoje. No Brasil, seu representante é uma instituição chamada **Unibes**, a União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social, com sede em São Paulo, que faz um respeitável trabalho de educação, cultura e assistência.

Em síntese, era necessário, à época, definir quem receberia essas indenizações e compensações financeiras. Dizer simplesmente “vítima das perseguições nazistas” era um termo muito vago. Foram criados protocolos, fichas de preenchimento com vários tópicos e várias cláusulas, num processo burocrático que envolvia advogados, traduções e processos que se arrastavam por anos. Falamos de centenas de milhões de dólares que seriam (e têm sido) distribuídos, com justiça, às vítimas (os valores atualizados ultrapassam a marca de 70 bilhões de euros).

2- Imediatamente no pós-Guerra, quem era considerado um sobrevivente legítimo?

De forma exata e concisa, aquelas vítimas do regime nazista ou de seus colaboradores que tiveram explicitamente a experiência do **confinamento**: do gueto e/ou do campo de concentração e extermínio nazistas. Isto incluía, mesmo com as enormes complicações documentais, aqueles que se esconderam ou perambularam pela Alemanha e pelos territórios anexados pelos nazistas ou administrado por algum governo fantoche e cúmplice do genocídio.

3- Quem ficava de fora dessa lista?



Apesar da dissemelhança entre as histórias pessoais das vítimas, é possível suscitar a existência de três principais grupos que foram desprezados nos primeiros conceitos.

O primeiro deles, judeus e não-judeus perseguidos pelo regime nazista, mas que deixaram a Alemanha entre fevereiro de 1933 e agosto de 1939 – ou seja, antes da eclosão da 2ª Guerra Mundial. Muitos pesquisadores os nomeiam, até hoje, como refugiados do Nazismo (termo este bastante questionável), fugitivos do Nazismo ou alguns derivados.

O segundo, também judeus e não-judeus que, entre outubro de 1939 e junho de 1941, fugiram ou foram deportados pela polícia secreta soviética, principalmente da Polônia, para o leste em direção à União Soviética – e lá permaneceram, mesmo após o rompimento, por parte da Alemanha, do pacto de não-agressão Ribentrov-Molotov, que deu origem a Operação Barbarossa. Importante destacar que, após a invasão nazista, a União Soviética formou uma aliança política com o governo polonês no exílio, concordando, sob o acordo de Sikorski-Mayski, em libertar todos os cidadãos poloneses no território soviético, incluindo aqueles considerados prisioneiros de guerra. Alguns judeus poloneses optaram por permanecer nos campos de trabalho anteriores ou próximos a eles, enquanto outros foram para regiões de clima mais quente como o Cazaquistão, Uzbequistão e outras repúblicas soviéticas da Ásia Central.

Somente em 2012, 60 anos após o governo da Alemanha Ocidental concordar em pagar reparações aos sobreviventes do Holocausto, a Alemanha adotou uma estrutura semelhante para aqueles que fugiram do exército alemão em avanço e se reinstalaram na União Soviética.

O terceiro deles, notadamente judeus que, no período do Holocausto, viviam na Síria, no Líbano e nos países do norte da África (excluindo o Egito). Isto porque alguns deles foram governados, por algum tempo, pela França de Vichy, que colaborou com os nazistas. É um pouco do contexto do famoso filme Casablanca



(1942), estrelado pela atriz sueca Ingrid Bergman. Já a Líbia foi governada até 1942 pela Itália, o principal aliado europeu da Alemanha nazista.

Todos esses países aprovaram legislação antissemita; em alguns, os judeus foram fisicamente perseguidos. Há pouquíssimo tempo, passaram a ser contemplados pela assistência da Claims Conference. O tema inclui ainda discussões paralelas, como o debate sobre reconhecer ou não como “Justos entre as Nações” as pessoas que ajudaram a salvar judeus nesse contexto específico, principalmente do Norte da África. É o que destaca o antropólogo **Aomar Boum**, co-editor do livro “The Holocaust and North Africa”.

4- Por que a definição era, no início, restrita e muitos foram excluídos do conceito de “sobrevivente do Holocausto”?

Por duas razões, basicamente. A primeira de ordem prática: a liderança dos campos de refugiados (*DP camps*) consistia, primordialmente, daqueles que sobreviveram aos campos de concentração e guetos. Simplesmente porque chegaram primeiro aos *DP camps*, construídos na zona de ocupação aliada. A partir deles, organizou-se o sistema de apoio oferecido pela Cruz Vermelha Internacional e, mais tarde, tanto pela Organização das Nações Unidas quanto pelas instituições judaicas como a *Joint* e a própria Agência Judaica.

A segunda, por uma questão auto identitária. No caso dos que emigraram (e escaparam) da Alemanha antes do início da Guerra, ao tomar conhecimento do genocídio como um todo, incluindo os guetos e os campos, não se sentiam sobreviventes em pé de igualdade àqueles que sofreram a barbárie em si.

5- Qual o conceito contemporâneo que melhor se adequa a nova perspectiva de “quem é o sobrevivente da Shoá”?



Filosoficamente, por iniciativa do **Yad Vashem**, pode-se dizer que todos os judeus, em qualquer parte do mundo, que ainda estavam vivos em meados de 1945, sobreviveram à intenção genocida nazista, que era total e global. É, aliás, o que torna o Holocausto um evento inédito: não a tecnicidade, o modus operandi nem o número de mortos, e sim, a globalidade do genocídio. Esta, porém, é uma definição muito vasta, pois falta a distinção entre aqueles que sofreram diretamente as ações genocidas.

No Yad Vashem, define-se como sobreviventes de Shoá os judeus e outras minorias perseguidas que viveram por um período de tempo sob o domínio nazista, direto ou indireto, e sobreviveram. Isto inclui judeus franceses, búlgaros e romenos que estiveram sob esses regimes, mas que nem todos foram deportados, assim como judeus que deixaram a Alemanha na década de 1930. De uma perspectiva mais ampla, inclui outros refugiados judeus que escaparam de seus países, que fugiram do exército alemão invasor, incluindo aqueles que passaram anos e, em muitos casos, morreram na União Soviética.

O **Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos**, em Washington, tem uma interpretação mais simplista: qualquer pessoa, judia ou não judia, que foi “deslocada, perseguida ou discriminada devido às políticas raciais, religiosas, étnicas, sociais e políticas dos nazistas e de seus colaboradores entre 1933 e 1945”.

O viés contemporâneo mais polêmico reside especialmente nos já citados judeus dos países árabes, já que não existe um consenso entre os historiadores. A maioria deles discorda dessa inclusão – incluindo a maior referência mundial nos estudos sobre a Shoá, o professor **Yehuda Bauer**, que escreveu: “Não pretendo difamar o tormento de pessoas que sofriam de leis raciais e decretos antissemitas, ou daqueles que fugiam sem nada em sua posse, mas esses não são sobreviventes do Holocausto”. O professor **Sergio DellaPergola**, da Universidade Hebraica de Jerusalém, é um dos poucos nomes dentro do círculo acadêmico israelense que defende a inclusão formal desse grupo no conceito de “sobrevivente da Shoá”.



O **Museu do Holocausto de Curitiba** se utiliza do conceito mais amplo possível, extensivo tanto aos três grupos que ficaram apartados da concepção original, quanto às minorias que sofreram nas mãos dos perpetradores: comunidade LGBTI+, negros (afro-alemães), testemunhas de Jeová, ciganos Roma e Sinti, pessoas com deficiência, poloneses, prisioneiros de guerra soviéticos e dissidentes políticos.

* **Carlos Reiss** é o coordenador-geral do Museu do Holocausto de Curitiba.

Fontes complementares:

<https://www.smithsonianmag.com/history/what-and-who-defines-being-holocaust-survivor-180972076/>

<https://www.haaretz.com/1.4781806>

<https://jewishreviewofbooks.com/articles/5186/victim-enough-the-jews-of-north-africa-during-the-holocaust/>
